

Polifonia e acriticidade nos contos de fadas da coleção “Conta pra Mim”: um gesto político frustrado

*Julio Cesar Machado*¹

*Karla Francine Freitas*²

Resumo

Este artigo objetiva analisar o Programa Conta pra Mim e seu guia de Literacia Familiar, por uma metodologia qualitativa, à luz de conceitos da Semântica Argumentativa, sobretudo polifonia (divididos em sujeito falante e locutor) e suas funções textuais (divididas em por em primeiro plano, por em segundo plano e excluir), ambos propostos por Ducrot e Carel. Nossa problematização debruça-se sobre o conceito não-científico de “literacia familiar” (oriundo de literacy) proposto nesse Programa, cujo intento foi o efeito de tentar suplantar ou silenciar estudos de respeito, como por exemplo, o apagamento do conceito de letramento (também oriundo de literacy). Nossas análises evidenciaram que o método da literacia familiar constitui-se, sobretudo, de explorar a leitura moralizante, iniciativa já abandonada há muito tempo pela comunidade de especialistas da área infanto-juvenil, literária e linguística. Nossos resultados revelam que o discurso que constitui o Programa Conta pra mim é um gesto político-linguístico autoritário e frustrado, qual seja, o de empobrecer a leitura dos contos de fadas ao tentar impor um conceito estranho, o de literacia familiar, longe do rigor de área, sem adesão da comunidade científica e alheio à tradição de investigação dos contos de fadas e da literatura infanto-juvenil. Sob a aparência cativante da “utópica célula familiar literária eficiente e afetiva”, o conceito de literacia familiar solapa saberes e métodos da área da Literatura, Linguística e Educação, dentre outros, anulando inclusive a função social escolar, e protagoniza uma espécie de método fônico vinculado à afetividade parental, cujo efeito de sentido mais notório é a promoção, via máquina pública, do empobrecimento do conceito de ler e do conceito de ler contos de fadas. Nossos resultados apontam para a perspectiva dos contos de fadas enquanto instrumentos de conscientização, como temos defendido (MACHADO, 2024), aquele que põe foco em aberturas de outros/mais sentidos produzidos por historicidades brasileiras e/ou universais.

Palavras-chave: Contos de fadas. Polifonia. Semântica. Conta pra mim. Literatura infantil

Data de submissão: dez. 2024 – Data de aceite: fev. 2025

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v21i1.16581>

¹ Doutor em Estudos da Linguagem - Linguística - pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, com estágio de Doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, França (bolsa internacional PDSE). Professor efetivo da Universidade do Estado de Minas Gerais, no curso de Letras - Campus de Passos - UEMG. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0364-3370> E-mail: julio.semantica@gmail.com

² Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes/MG), com previsão de conclusão em 2025. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7673-2724> E-mail: karlafrancinecf@yahoo.com.br

Introdução

Pela perspectiva que temos desenvolvido (Machado, 2024), e de outros cientistas feéricos como Ziper, Coelho, Volobuef e Stein, os contos de fadas devem ser considerados, sobretudo, enquanto um fenômeno discursivo crítico, isto é, constitutivamente sócio-político. Como temos dito (Machado, 2024, p. 1):

Dentre muitas definições possíveis, os contos de fadas são a expressão social e política de certos grupos, próprios de certa historicidade, que protagonizam suas lutas e resistência determinadas pelas condições dispostas de certa época.

De modo que ler contos de fadas é um conceito que precisa ser aprofundado e difundido, sobretudo no âmbito escolar, espaço privilegiado desse gênero, e o qual chamamos a atenção para este artigo.

Pela perspectiva aqui defendida, os contos de fadas podem ser considerados enquanto método de ensino e aprendizagem que trazem consigo mais do que simples histórias ou entretenimento. Seus elementos lúdicos dão significados para os devaneios de crianças e outros leitores, estimulam associações histórico-sociais e promovem ressignificações psicanalíticas dos dilemas pessoais. Do ponto de vista do ensino/aprendizagem, os contos feéricos contribuem para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, trabalhando tanto seus dilemas, como propôs Bettelheim (2002), quanto uma conscientização mais fértil sobre questões sociais e políticas, como propõe Ziper, Freire, Stein, e como temos proposto.

Segundo Coelho (1998, p. 10) narrativas de contos de fadas moldam e refletem a cultura e a identidade de indivíduos, nas suas sociedades. E, no campo da educação, elas se configuram como ferramentas importantes para a construção do conhecimento.

O que nos interessa, além de outras pertinências, próprias da exploração pedagógica ou não dos contos de fadas, é a percepção e utilização dos contos de fadas nunca estanques do contexto político, do qual emergiram e ao qual se relacionam na atualidade. Como temos dito (Machado, 2024, p. 1):

Ler contos de fadas é reconhecer arquétipos com significações sociais e políticas, que se atualizam pelo contar, sempre à guisa de interesses de certos grupos, em enunciações criativas de vários espaços, sobretudo no cinema, na publicidade, nas mídias e no mercado infanto-juvenil, que disfarçadas de entretenimento, perpetuam um sujeito acrítico.

Não é difícil de perceber a carência desse olhar acima proposto em muitas das práticas escolares, que se valem dos contos feéricos, em sua maioria das vezes, respeitando-se interessantes exceções e aplicações críticas, apenas para desenhar, pintar

ou teatralizar sem os problematizar³.

São essas atividades superficiais – entenda-se superficiais os gestos pedagógicos que não problematizam os contos, mas os usam apenas para distração estético-motora, como pintar e teatralizar, sem por eles se conscientizar – que criticamos nesta pesquisa. A esse gesto acrítico e superficial, no sentido da exclusão de conhecimentos discursivos, argumentativos, textuais e de letramentos, dentre outros, aderiu a coleção ora em análise aqui: a iniciativa do Programa do Governo Federal “Conta pra Mim”, instituído pelo Ministério da Educação, em 2019.

Com o objetivo de “orientar, estimular e promover práticas de Literacia familiar” (Brasil, 2020a), o programa oferece versões dos contos de fadas clássicos higienizadas de toda realidade social que fundamenta os contos clássicos.

Assim, é objetivo geral desta pesquisa refletir parte do conto de fadas João e Maria, presente na coleção governamental “Conta pra mim”, por um olhar sócio-político, que pretere abordagens moralistas, superficiais e vazias de criticidade. Refletiremos também o Programa e sua Coleção, de forma geral, ao explorar uma perspectiva social e política para ler contos de fadas, que os problematizem e os tornem instrumentos de conscientização, que significa usá-los enquanto ferramentas pedagógicas para desenvolvimento da criticidade. Perspectiva essa que se esquivava a coleção “Conta pra mim”, como veremos.

A gravidade de uma obra, aqui a Coleção “Conta pra mim”, em se esquivar dos conteúdos político e social que praticamente fundam os contos de fadas, dá-se justamente pelo seu papel político: trata-se de uma obra ofertada pelo Ministério da Educação, o que significa um papel de orientação/formação para professores e pais, que, por sua vez, significa que se ensina a acriticidade por voz de oficialidade.

Nossa opção metodológica, para esta pesquisa, será a de análise textual do material intitulado “Programa Conta pra mim” e “Guia de Literacia Familiar”, ambos do MEC (BRASIL, 2020a). Neste corpus nossos procedimentos consistirão em recortes amparados em nossas problematizações, seguidos de reflexões construídas por pesquisas documentais imbricadas com bibliografia que discorre sobre Linguística, Semântica Argumentativa e Literatura, sobretudo os autores Oswald Ducrot, Marion Carel, Bruno Bethelheim, Nelly Coelho e nossas obras (Machado, 2024).

³ É importante pontuar que práticas como a teatralização, pintura e atividades estético-motoras, dentre outras, são importantes, relevantes e bem fundamentadas no contexto da educação infantil, obviamente. Nossa crítica aqui não recai sobre tais atividades, em si, mas sobre suas aplicações de forma acríticas, isto é, o problema reside no uso de tais atividades isento de reflexão (social, política, humana, filosófica etc). Assim, nossa crítica impacta principalmente o uso das atividades lúdico-clássicas enquanto orientadas apenas para a moralização (o que (não) fazer/ser), à luz dos contos de fadas. O que empobrece os contos de fadas, ou, dito mais tecnicamente, o ensino de moralizações por contos de fadas sequer toca a vasta riqueza discursiva, social e política dos contos de fadas.

1 O programa “Conta pra mim”

O Programa “Conta pra mim”⁴, do Ministério da Educação, caracteriza-se, segundo o site, como uma iniciativa voltada para a promoção da alfabetização e o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita em crianças desde a infância (BRASIL, 2020a). Segundo a Portaria que funda o Programa, são seus objetivos:

Art. 6º São objetivos do Programa Conta pra Mim:

- I - sensibilizar toda a sociedade quanto à importância de se cultivar a leitura em família;
- II - oferecer orientações acerca das melhores práticas de literacia familiar;
- III - incentivar o hábito de leitura na população;
- IV - encorajar pais a se engajarem na vida escolar dos filhos;
- V - impactar positivamente a aprendizagem de literacia e de numeracia no decorrer de toda a trajetória educacional, em suas diferentes fases e etapas;
- VI - fomentar a promoção e a divulgação das práticas de literacia familiar em escolas e sistemas de ensino; e
- VII - incentivar o aprimoramento e a divulgação de conhecimentos científicos sobre o tema da Literacia Familiar (Brasil, 2020b)⁵.

O que destacamos, de início, é que conceitos consagrados para o tratamento de uso, abordagem, pesquisas e práticas de ensino e aprendizagem para tratar os fenômeno da leitura, como *letramento*, *discurso*, *argumentação* e *texto*, por exemplo, são totalmente deixados de lado em toda a envergadura desse Programa, e substituídos pelo conceito solar de *literacia familiar*. Deste modo, o programa deixa de lado toda uma história de pesquisas sobre os conceitos de letramento, discurso, argumentação e texto, dentre outros, para substituí-lo (é este o efeito que o site do programa dá) pelo conceito de literacia familiar. Segundo a mesma Portaria (Brasil, 2020b)⁶ que institui o Programa, esse conceito adotado pelo governo apresenta a seguinte definição:

Art. 3º Para fins desta Portaria, considera-se:

- I - literacia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva;
- II - numeracia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática;
- III - literacia familiar - conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores; e
- IV - literacia emergente - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita, desenvolvidos antes da alfabetização.

Embora nas dimensões gerais acima dispostas o Programa apresente positivities

⁴ A apresentação do Programa consta dessa forma, no site: “Lançado em dezembro de 2019, o programa Conta pra Mim, da Secretaria de Alfabetização, é disciplinado pela Portaria MEC nº 421, de 2020. O público-alvo são todas as famílias brasileiras, tendo prioridade aquelas em condição de vulnerabilidade socioeconômica” (BRASIL, 2020a). Disponível em <<https://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>>. Acesso 6 set 2024.

⁵ Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595>>. Acesso em 6 set 2024.

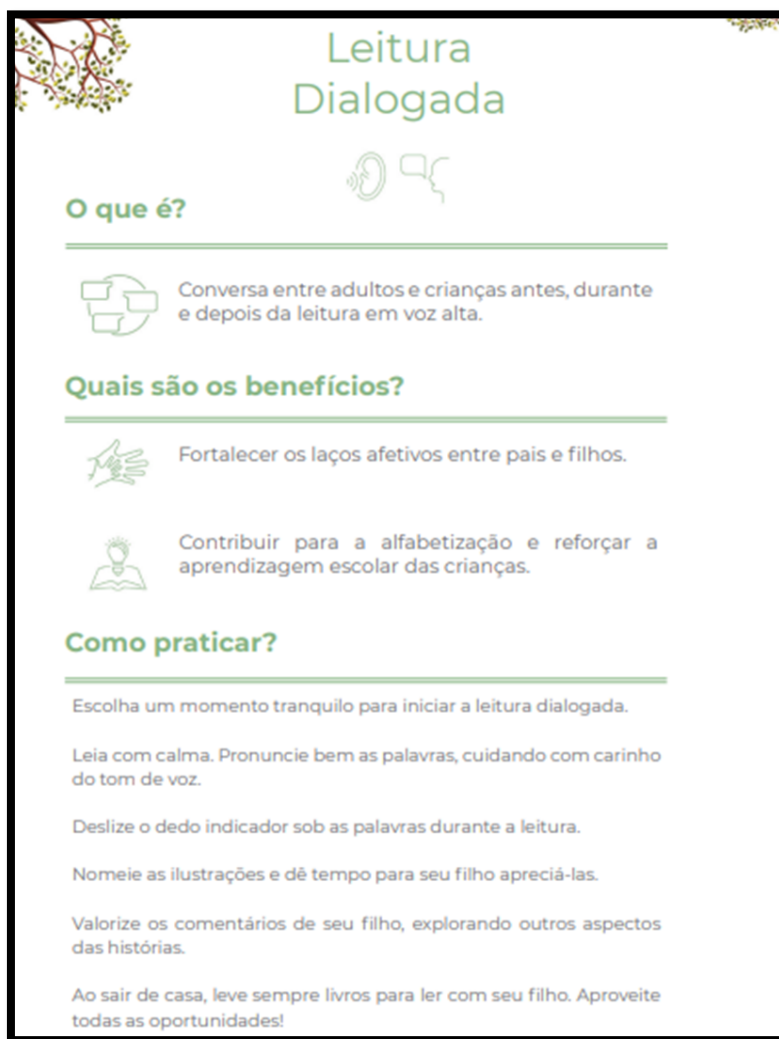
⁶ Idem.

de promoção da leitura e escrita em práticas produtivas, o programa apresenta negatividades graves sobre delimitar de forma muito estanque, os fenômenos da leitura e escrita no meio familiar. Mesmo que gênero do site seja construído para pais e espaço familiar – portanto, por termos menos técnicos –, o Programa é fraco e superficial quando ao trabalho da leitura e escrita porque é desprovido de métodos, critérios, sistematizações ou particularizações didáticas sobre processos para construir o ler e o escrever.

Linguísticas e especialistas da Educação perceberão que alguns conceitos produtivos como *letramento*, *discurso*, *argumentação* e *texto*, históricos e clássicos para o tratamento do ler e do escrever, da alfabetização e pré-alfabetização, portanto, são nesse programa silenciados/apagados pelo conceito de “literacia familiar” porque, embora marque explicitamente que visa promover a leitura e escrita, deixa de lado dimensões fundamentais da leitura e da escrita, como dimensões que relaciona a linguagem com a sociedade (letramento), a linguagem com a história (discurso) a história com a orientação de sentido (argumentação) e a linguagem com uma dispersão ampla e sem delimitação precisa (texto), dentre outras. Ou como prefere Farias e Tolentino (2021, p. 86), destaca-se a ausência de pesquisas e pesquisadores brasileiros na fundamentação teórica da Literacia Familiar, pensada à luz de experiências estrangeiras e “pouco atinentes às condições sociais, econômicas, políticas e culturais do país”.

A diminuição da riqueza do gesto de leitura é manifesta, por exemplo, na univocidade ou privilégio do caráter afetivo, como visto abaixo:

Figura 1 – leitura dialogada



Fonte: Programa Conta Pra Mim (Brasil, 2020a, p. 15).⁷

É mérito do Programa esforçar-se e orientar por estabelecer um “clima” propício para o ato de ler. Valorizando a autonomia da criança (sujeito previsto no documento) ao respeitar suas nomeações diante de figuras, ou impressões diante das histórias.

Mas é demasiadamente vago e lacunar para um Programa ou Portaria Nacional que, como o próprio nome diz, “Conta pra mim”, o caminho que o programa põe foco é monológico na direção oral paternal, desconsiderando elementos de letramento, discursivos, de argumentação e texto, no ato de contar/ler os contos de fadas. E desconsiderando, como já dito por outros pesquisadores da área, condições sociais, econômicas, políticas e culturais do país. Isto é, o Programa pressupõe que todas as famílias brasileiras possuem tempo, local, saúde e domínio escolar e de linguagem para cooperar com a alfabetização na primeira infância, o que não é a realidade brasileira, de

⁷ Imagem: Conto João e Maria – Coleção Conta pra mim (BRASIL, 2020a, p. 15). Disponível em <https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/conta-pra-mim/livros/versao_digital/joao_e_maria_versao_digital.pdf>. Acesso em 12 set 2024.

pais com dupla ou tripla jornada de trabalho, altos índices de desescolarização ou evasão de pais, e trabalho infantil, dentre outros. Como afirma Farias e Tolentino (2021, p. 84):

o Conta pra Mim parece desconsiderar as marcas socioeconômicas concretas de seu público-alvo. O material pressupõe a existência de condições objetivas para a realização do que propõe, desde espaços adequados para a leitura com as crianças em suas casas até a disponibilidade de tempo que tal tarefa exige, passando pelos conhecimentos prévios necessários para que mães e pais produzam intencionalmente situações que estimulem a percepção e a repetição de aspectos formais da língua pelas crianças.

Trata-se, portanto, de um Programa que professa o método fônico, em todas as suas insuficiências, sobretudo históricas e semânticas (porque a linguagem, para promover leitura e produzir textos proficientes, reclama práticas sociais em letramento, a história, a argumentação, e uma compreensão discursiva da língua, competências que precisam extrapolar o método fônico). Assim como advertem a insuficiência do método fônico, Silva, Souza e Signorelli (2021, p. 704):

o método fônico, amparado por uma abordagem cognitivista, apresenta-se como a “solução” para as mazelas da história da alfabetização, a partir de uma perspectiva míope que desconsidera a multiplicidade de aspectos e de contextos de ordem econômica e cultural que estão imbricados.

É nesse ambiente míope de historicidade, cultura e sociedade real brasileira, que integram as práticas da alfabetização, que se soergue o Programa Conta pra mim que, portanto, debruça-se na oralização dos contos – método fônico travestido de afetividade familiar suficiente para aprender a ler –, via conselhos afetivos sobretudo na configuração familiar: entre locutor (pais) e ouvinte (filhos).

Tais propostas formativas do MEC, acima, monopolizam o gesto efetivo-oral do contar no trabalho com os contos de fadas, deixando em segundo plano um tratamento mais profundo ou mais sistematizado do fenômeno do ler/escrever, promovidos pelos conceitos – nunca trabalhados no Programa – de *letramento*, de *discurso*, de *argumentação* e de *texto* – conceitos esses, dentre outros, consagrados na promoção nacional de política de educação, como LDB, BNCC e outros.

De forma um pouco mais descritiva, por esta plataforma são disponibilizados vários materiais para promoção da (pré) alfabetização familiar (literacia), incluindo: mini biblioteca com diversos livros, vídeos explicativos sobre a prática de alfabetização familiar, playlist com histórias narradas, guia de literacia familiar, partituras de cantigas etc. Todos eles privilegiando a estratégia oral-afetiva do contar entre pais e filhos, e excluindo, por não recuperar ou fazer uso, dos conceitos pacificados na literatura político-educacional de letramento, de discurso, de argumentação e de texto. Mesmo que o site do Programa, vez ou outra, toque em palavras como “texto”, por exemplo, não significa que estabeleça uso

técnico do conceito texto, o que acarretaria outros caminhos metodológicos, nunca explorados pelo Programa ou seu site.

2 Análise pelo conceito de polifonia

Para nossas análises valer-nos-emos sobretudo da Semântica Argumentativa desenvolvida por Carel (2011; 2021) e Ducrot (2021), e colaboradores. E no interior dessa teoria, interessa-nos sobretudo o conceito de *polifonia*. Que passamos a elucidar.

Carel e Ducrot valem-se de um conceito anterior bakhtiniano, não aprofundado pelo autor, para dar-lhe tratamento linguístico e discursivo, que recuperamos no contexto escolar. Trata-se de um conceito de respeito na área de Linguística e Linguagens, com aderência na Filosofia e Psicanálise, mas ainda pouco explorado no âmbito da Educação. As obras de base para construção deste conceito são, sobretudo, *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação* (Ducrot, 1987), a obra inaugural do conceito, e as que se seguiram: *L'entrelacement Argumentatif* (Carel, 2011); *Argumentation et Polyphonie* (CAREL, 2012); *Mise au point sur la polyphonie* (Carel; Ducrot, 2009), *Polifonia e Argumentação* (CAREL, 2010) e *A Enunciação Linguística* (Carel, 2021), principalmente.

A tese de partida do conceito de polifonia é “contestar, e se possível, substituir, um postulado [...] o da unicidade do sujeito falante” (Ducrot, 1987, p. 161). Para Ducrot, dizer não é uma prática de uma única origem: dizemos vozes que ouvimos, dizemos vozes que aderimos e dizemos vozes que acreditamos. A prática do dizer, portanto, carrega um emaranhado de vozes. Por esse conceito um professor, por exemplo, leva para uma atividade de contos de fadas, não o autor da atividade, mas por seu modo de trabalhar a atividade, leva a voz de vários teóricos, vários outros professores, inclusive talvez seu padre, seu pastor, seus pais, e seus autores ali emergem, naquela atividade. Uma multidão de vozes disfarçada sobre a unicidade da voz da professora. Como bem pontua Ducrot (1987, p. 161): a todo tempo, e em toda prática de linguagem (e aqui prática de ensino/aprendizagem) deve-se “colocar em dúvida o postulado segundo o qual um enunciado isolado faz ouvir uma única voz”.

Tomemos, por exemplo, na Coleção “Conta pra mim”, o conto de João e Maria. O leitor ingênuo pensa que está lendo, ali, naquele conto sumarizado na coleção, apenas as duas vozes dos irmãos Grimm: de Jacob Grimm e Wilhelm Grimm. Enquanto, na verdade, pelo conceito de polifonia, o leitor atento perceberá, ali, muitas vozes: a voz de uma parcial de sujeitos que preferem higienizar os contos de toda dor, a voz de agentes políticos da época, a voz do MEC, a voz de uma equipe de edição, e inclusive a voz que enuncia certas imagens colonizadoras, como um urso, não existente no Brasil, que no jogo enunciativo, acaba por silenciar vozes – e culturas – brasileiras, como outro animal que poderia ser

usado, próprios do Brasil.

Ler (e ler contos de fadas), portanto, é um conceito polifônico. Ou seja: ler é reconhecer pontos de vistas, vozes, no plural, mas enunciadas, por vezes, por um único locutor. Como temos dito (Machado, 2024), o dizer e o ler, conceitos correlatos, mobilizam não só uma voz, acústica, mas certa diversidade discursiva de multiplicidade de vozes (pontos de vista), e práticas envolvidas na construção do conhecimento. É o que pretendemos ao analisar a polifonia nos discursos da “Coleção Conta pra mim”, que no dizer do próprio site governamental, trata-se de uma práticas de “literacia familiar” oferecida pelo programa “Conta pra Mim” – aliás, nome esse, literacia, que já é um ponto de vista, uma voz, a saber: aquela que evita e tenta silenciar uma voz de maior recepção na comunidade científica: o letramento.

2.1 Os modos enunciativos: sujeito falante e locutor

Para a terminologia da teoria aqui adotada, atualmente, a polifonia opera através de alguns subconceitos, dentre eles: *sujeito falante* e *locutor*. Como explica Carel (2021, p. 354): “Denominamos ‘sujeito falante’ ao responsável pela escolha das palavras ou de sua materialização, e ‘locutor’ aquele que o enunciado atribui como responsável”. Por exemplo, numa peça teatral, os roteiristas são os sujeitos falantes, e os atores são os locutores. Claro que, em casos de improvisos ou variações, o ator passa a ser também sujeito falante junto ao roteirista. À luz desses dois conceitos, vamos refletir a polifonia, isto é, as diferentes vozes, ou diferentes pontos de vista, na imagem abaixo, retirada da Coleção “Conta pra mim”, nosso corpus:

Figura 2 - João e Maria – Coleção Conta pra mim



Fonte: Programa Conta Pra Mim (BRASIL, 2020a, p. 3).⁸

Aqui, o sujeito falante é o MEC, aquele que “faz falar quem fala”, e os locutores são as três personagens: João, Maria e sua mãe. Fato é que, trazendo a memória do original dos Grimm, temos dois pontos de vista em choque: João e Maria (que chamaremos de locutores do MEC) são *a voz do prazer*. Isto é, eles vão para a floresta porque “gostavam de passear pela floresta e colher flores”. O MEC está fazendo-os dizer que esse conto é um conto de alegria.

De outra ponta, os conhecedores do original sabem que João e Maria (que chamaremos de locutores dos Grimm) são *as vozes da dor*, ou seja: eles não vão à floresta porque querem se divertir, eles são mandados à floresta porque estão em meio a uma crise de miséria de fome. Fome essa que, no ápice da dor ou quase-morte dos filhos, culminava no gesto de loucura ou ato extremo de abandonar os filhos na floresta, na expectativa de alguém os encontrar para alimentá-los, ou simplesmente para não os ver morrer de fome na frente dos pais. Os Grimm estão fazendo-os dizer que esse conto é um conto de dor.

Apenas esse contraste nos permite desconfiar do que se diz (tarefa do leitor proficiente): por que o sujeito falante MEC está afirmando a alegria ao silenciar a dor dos

⁸ Imagem: Conto João e Maria – Coleção Conta pra mim (BRASIL, 2020a, p. 3). Disponível em <https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/conta-pra-mim/livros/versao_digital/joao_e_maria_versao_digital.pdf>. Acesso em 12 set 2024.

originais? O que acarreta uma manobra um tanto que nefasta: esse clássico tornou-se imortal pelo ensino que carrega, ditos pelos sujeitos falantes Grimm sobre enfrentamento da dor, da miséria, do abandono. Ora, quando o sujeito falante MEC silencia os Grimm ao higienizar o conto original, e ofertar uma adaptação deformada e deformadora da humanidade (porque ausente e insossa naquilo que fundam as sociedades: as crises, como crise da miséria e do abandono, que produzem as lutas e a história da humanidade, nas suas culturas e épocas), qual o real projeto de Educação governamental que se pretende? Ora, se a dimensão pragmática, a da experiência, produz cognisciência, a dor, a fome e o abandono dos clássicos formam e permitem formar proficiência em leitura (nos dizeres documentais), consciência e leitura de mundo (nos dizeres freireanos) e maturidade de linguagem (nos dizeres sócio-interativos), dentre outros. Privar estudantes e brasileiras(os) dessa pertinência – a experiência frutuosa da dor ficcionada em superações – é estratégia nefasta de negar maturidade.

É relevante, ainda, considerar a locutora mãe. Quando o sujeito-falante MEC traz uma religiosidade específica enquanto elemento a ser ensinado, valendo-se da locutora mãe quando diz “vão com Deus”, esse sujeito falante produz um efeito de sentido de vincular uma concepção religiosa a uma concepção política. Ao inserir enunciados religiosos ou não detalhá-los/explicá-los, o MEC assume uma orientação ideológica religiosa e a propõe recomendável/ensinável, porque não pontuou ressalvas ou detalhes por sobre esse enunciado, e sobretudo porque tal Programa, que contém tal conto, ter sido publicado pelo sujeito-falante que o publicou, uma agência governamental que a priori precisa mostrar-se laica. A representação da religiosidade nessa versão governamental, pelo enunciado “vão com Deus”, reforça uma postura ideológica, agora assumida pelo Programa⁹.

Tais são os dois conceitos, de sujeito falante e locutor, que permitem vislumbrar o fenômeno da polifonia, e ampliar/aprofundar/sistematizar de forma crítica, a leitura dos contos de fadas em escolas, se lá ensinados forem. Como temos dito (Machado, 2024, p. 57): “*Ler polifonicamente* significa saber e poder desvelar que locutores (os falados) revelam sujeitos falantes (os que falam por trás, ou fazem falar os falados)”.

⁹ A fé em Deus é cultura-berço da qual surgiu muitos dos contos de fadas. Contos como O barba Azul, A Bela e a Fera, Rapunzel, A pequena Vendedora de Fósforo, A pequena sereia, A princesa e a ervilha e o próprio João e Maria, mencionam a fé em Deus, louvor a Deus, agradecimentos a Deus, proteção e dádivas divinas, dentre outros contos. O que não perfaz problema de nenhuma ordem na riqueza feérica, constituída de saberes universais e ecumênicos, na sua essência. Nesse contexto de fé, grupos sociais participam e até organizam suas sociedades, ilustrando sentidos e reflexões políticas, sociais, psicanalíticas e filosóficas, dentre outras. Nosso ponto, ou seja, o que chama a atenção, aqui nesse Programa, não é o elemento de fé, próprio de muitos contos, mas a apropriação desse elemento de fé por um sujeito-falante que, de antemão, deveria dizê-lo com ressalvas, ou com explicações, dada a postura governamental da laicidade que constitui o MEC.

2.2 As funções textuais: *por* em primeiro plano, *por* em segundo plano e *excluir*

Como explica Carel (2021, p. 357), o fenômeno da polifonia é atualmente refletido através de três funções textuais:

a teoria argumentativa da polifonia (TAP) distingue três funções textuais: *pôr* em primeiro plano, *pôr* em segundo plano e *exclusão*. Situar-se em primeiro plano e situar-se em segundo plano são dois *status* positivos: o locutor aceita os conteúdos postos [...] Ser excluído é um *status* negativo: o locutor não aceita os conteúdos excluídos (Carel, 2021, p. 357).

À luz dos conceitos careleanos, observa-se que, no conto de João e Maria, da imagem acima, o sujeito falante – o governo federal da época – *exclui* os sentidos da dor, da fome e da miséria, ao *por* em primeiro plano o conteúdo da alegria e do entretenimento. E mais: o sujeito governamental *põe* em primeiro plano “a maternidade perfeita”, isto é, o governo transtorna o conto original ao *por* em primeiro plano que é “a mãe quem dá as pedrinhas para os meninos não se perderem”.

Ao escolher transtornar o conto original dos Grimm, o governo *exclui* a dura história da família vulnerável, isto é, exclui a estória dos Grimm, da “maternidade imperfeita”, onde na verdade é a madrasta quem decide abandonar os meninos na floresta, não por maldade, mas por ser dilacerada pela fome – sentimento conhecido de grande parte dos brasileiros. E nesse contexto de miséria, exclui também uma parte fundamental da estória dos Grimm: “é o menino João quem tem a ideia criativa de acumular pedrinhas para não se perder no caminho e poder voltar”.

O que temos então, são dois contos de fadas bem distintos: a voz dos Grimm, que *põem* em primeiro plano (i) “a dor formadora”, mesmo com (ii) “a maternidade imperfeita”, que antecipa a maturidade adulta em gestos de esquivar-se do risco de vida, como (iii) “usar pedras para marcar o caminho e poder voltar”; e temos de outro lado, bem distintamente, a voz do Governo Federal (Coleção Conta pra Mim), que *exclui* todos esses conteúdos de Grimm, (i), (ii) e (iii), ao propor uma coleção vazia de percalços formadores, ao *por* em primeiro plano (i’) um cotidiano de alegria e sorrisos, sem fome, (ii’) “a maternidade perfeita”, que cuida e vela pelos filhos, ao (iii’) dar aos filhos pedras para não se perderem na floresta.

A pergunta crítica que não se cala é: a coleção Conta pra mim *excluiu* a família vulnerável, a que passa fome e não tem família estabilizada, ao *por*/reescrever o conto João e Maria à luz das disposições da família de classe média e alta? Aquela da mãe que tem acesso a área rural familiar, e tempo para velar por suas crianças?

E outra pergunta surge de pronto: a qual das duas famílias o governo federal, voz que enuncia a Coleção conta pra mim, é mais afeito e defensivo?

Essas duas questões trazem à tona o próximo conceito, o conceito de *por* em

segundo plano. Isto é: o que se *põe* de forma implícita, não dita, mas significada, ou seja, o que é *posto* em segundo plano, é que a Coleção Conta pra mim acorda que: “toda família é ou deve ser perfeita, no sentido de que toda mãe cuida ou deve cuidar de seus filhos”. Afinal, a mãe deu conselhos, deu pedrinhas, está zelando, cuidando etc.

2.3 A limitação dos contos de fadas pelo conceito de literacia familiar

Dando sequência às análises, consideremos a imagem abaixo, da coleção Conta pra mim, para aplicarmos os conceitos polifônicos de *por* em primeiro plano, *por* em segundo plano e *excluir*.

Figura 3 – Mascote “Tito”



Fonte: Programa Conta Pra Mim (Brasil, 2020a, p. 2)¹⁰

Se o intuito do programa é explorar a interação dialogal vivenciado pela criança brasileira, qual o sentido de a mascote ser um urso? Se este animal não faz parte da fauna brasileira e nem tão pouco de nossa diversidade cultural, por que a escolha de um animal alheio à cultura brasileira? Pelo excerto acima, o sujeito falante (Governo Federal da época) *exclui* a diversidade cultural da fauna brasileira, e *põe* a cultura internacional. Ainda, o governo federal *põe* em segundo plano a naturalização da colonização, ao *por* em primeiro plano o urso próprio do habitat do hemisfério norte. Evidentemente, ao fazer uso do urso, tenta-se recuperar um interdiscurso infantil, de modo a “atrair” sujeitos crianças para a atividade de leitura, mas nesse procedimento ingênuo esquivar-se, ou tecnicamente *excluir-se* animais ou símbolos próprios da cultura brasileira que poderiam serem mascotes do

¹⁰ Imagem: — Conto João e Maria — Coleção Conta pra mim (BRASIL, 2020a, p. 2). Disponível em: https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/conta-pra-mim/livros/versao_digital/joao_e_maria_versao_digital.pdf,

Projeto.

O recorte todo da página acima é rico em procedimentos polifônicos de *por* e *excluir*, mas vamos apenas refletir alguns deles: quando o sujeito falante, o governo da época, *põe* em primeiro plano a decisão unilateral “A coleção Conta pra Mim é dedicada à família – mães, pais, filhas, filhos, avós, avôs...”, está *excluindo* o conteúdo: “A coleção conta pra mim é para toda diversidade social brasileira: órfãos, professores, gestores, pesquisadores, e demais público interessado em contos de fadas”. Essa exclusão é ingênua a princípio, anuviada pela beleza de uma educação que começa em casa, mas é nefasta se sopesada por lentes mais atentas e científicas, porque escolhe apenas uma célula social para educar (o que está *posto* em segundo plano, implicitamente¹¹): sujeitos que possuem condições para executar a relação família, interação, pais, filhos e parentes.

Vejamos este conceito de *por* em segundo plano de forma mais pormenorizada. Tecnicamente, os conteúdos *postos* em segundo plano não são necessariamente explicitados nos enunciados, mas estão ali significados. Por exemplo, ao *excluir* e diversidade social brasileira quando *põe* em primeiro plano a exclusividade familiar e do lar “mães, pais, filhas, filhos, avós, avôs...”, o sujeito falante – governo federal da época – *põe* dois conteúdos equivocados em segundo plano:

- (a) “que todos tem família, na disposição tradicional do termo (pai, mãe, filhos, avós...) e que
- (b) “toda família tem condições para promover a alfabetização”.

Tanto (a) como (b) são pressupostos equivocados, são conteúdos *postos* em segundo plano, isto é, são acordados implicitamente, não estão explicitados no enunciado, mas deixam seu sentido bem perceptível no dizer. Todo o discurso da Coleção Conta pra mim pauta-se nos pressupostos (a) e (b), *postos* em segundo plano, implicitamente. Assim, ler, para o documento Conta pra Mim, do governo federal da época, é gesto limitado que (a) depende da disposição que deve existir, parentesco-afetiva, excluídos aí os sujeitos alheios, avessos ou à margem dessa disposição familiar, e (b) mesmo havendo tal disposição familiar, ler significa que toda família tem condição de promover alfabetização.

É no interior desses dois *postos* em segundo plano, (a) e (b), que podemos dizer que o conceito de literacia *exclui* o conceito de letramento, ao desconsiderar, nesses dois *postos* em segundo plano, (a) e (b), eco de pesquisas antropológicas, sociológicas e discursivas, tal como afirmam Silva, Souza e Signorelli (2021, p. 700):

considerando-se as opções feitas na PNA e no Programa “Conta pra Mim,

¹¹ Nota técnica: para Ducrot (1987) e Carel (2021), os conteúdos *postos explicitamente* (*postos* em primeiro plano), como o próprio nome diz, aparecem nos enunciados, são visíveis. Já os conteúdos *postos implicitamente* (*postos* em segundo plano) não necessariamente são visíveis, ou estão marcados, explicitados no enunciado, mas significam de forma implícita. O exemplo célebre é: “João parou de fumar”, cujo conteúdo explícito, *posto* (em primeiro plano) é “João não fuma mais” e cujo conteúdo implícito e pressuposto (*posto* em segundo plano) é “João fumava anteriormente”.

“como é o caso da escolha pelo conceito de Literacia, que indica uma posição política e autoritária com o intuito de anular as discussões antropológicas, sociológicas e discursivas.

2.4 Leitura moralizante versus leitura textual

Soma-se a essa perspectiva pobre e empobrecedora adotada pelo Programa Conta pra mim, via conceito estanque-delimitador de literacia familiar, a instrumentalização moralista da literatura – aqui, os contos de fadas –. Perspectiva já combatida há décadas, mas que o programa “ressuscita”, assume e defende, em descompasso a todos estudos sérios em Análise de contos de fadas. A esse respeito¹², é basicamente um consenso de área optar por um método do ler que visa explorar a pluralidade de possíveis sentidos, antes que um método que se esforce (em vão) para impor um único sentido de texto, chamado moral. Tal como assevera Colasanti (2004, p. 93), ao afirmar categoricamente que “literatura e ensinamento moral são incompatíveis”. Mesmo assim, a moralização protagoniza o método do Programa Conta pra mim, gesto pobre e empobrecedor prescrito no Guia da Literacia Familiar (Brasil, 2019, p. 20):

as histórias infantis tendem a transmitir uma mensagem positiva, apresentando o valor das virtudes, dando conselhos ou ensinando regras de boa conduta. Essa habilidade permite entender que **Chapeuzinho Vermelho não deveria conversar com estranhos**; que **Cachinhos Dourados não deveria entrar na casa dos outros sem ser convidada**; e que **Pedro não deveria mentir sobre o lobo**.

Bem ao contrário, a postura textual defende o olhar para outro fenômeno: a produção de uma leitura, portanto, de um texto, é acontecimento discursivo da interação entre leitor, sua historicidade, seu contexto e textura (a superfície escrita). Ora, teorias mais arrojadas em semântica e texto concordam em defender, ao contrário do que prescreve o Programa Conta pra mim, que, “por mais que alguém já conheça certo conto de fadas, *pelo gesto de leitura, um conto de fadas é sempre inédito*, porque é [...] acontecimento que temporaliza. Textos não são perenes, mudam a cada leitura, a cada movimento e reconhecimento dêitico” (Machado, 2024, p. 57).

Para nós, pelo prisma da ciência semântica, a definição do conceito de moralização é o gesto de excluir outros sentidos, por mais interessante que seja para a historicidade de certo leitor, em prol de uma unicização significativa, melhor benéfica para os privilégios de

¹² Para citar um exemplo de expectativa da superação da moralização na comunidade científica, temos reflexões como a de (2012, p. 1), quando afirma que:

A pergunta que falta fazer é se, atualmente, esta instrumentalização moralista da literatura é uma etapa superada. Concordo com Ricardo Mariño [...] quando destaca que nos dias de hoje há algo mais que “resquícios” dessa posição, pois os conteúdos moralizantes foram substituídos por textos destinados a difundir modos de entender a realidade e seus conflitos a partir de uma observação “progressista.

certo grupo, e que visa perpetuar ou dar manutenção significações dominantes, impostas.

Sobre a extinção da riqueza de vários sentidos, em detrimento da imposição de um único sentido – a moral –, um dos nomes mais consagrados na pesquisa em Análise de Contos de Fadas, Bruno Bethelheim (2002, p. 12-13), faz dura crítica:

Como sucede com toda grande arte, o significado mais profundo do conto de fadas será diferente para cada pessoa, e diferente para a mesma pessoa em vários momentos de sua vida. A criança extrairá significados diferentes do mesmo conto de fadas, dependendo de seus interesses e necessidades do momento. Tendo oportunidade, voltará ao mesmo conto quando estiver pronta a ampliar os velhos significados ou substituí-los por novos.

Longe de um compromisso empobrecedor de instrumentalizar os contos de fadas para moralizar (semanticamente, impor um único sentido, apagando outros que o leitor possa ter produzido), isto é, por uma perspectiva de leitura semântica ou textual, ao contrário do que propõe o Programa Conta Pra mim, *ler* chapeuzinho vermelho não se resume a moralizar-se a “não fazer x”, mas descobrir-se em uma floresta, com ameaças e possibilidades de risco e maturidades, a bel compreensão do leitor; ler cachinhos dourados não se limita à pobreza de moral “não entrar sem ser convidado”, mas descobrir-se em descoberta, e não caber em lugar algum, terminando a história em procura de si, dentre outros sentidos produzidos pelo leitor. O que propõe a coleção conta pra mim, portanto, não é leitura: é imposição de morais – já há tempos abandonada pelos especialistas. Conselhos e regras de boa conduta são construções culturais, históricas e sociais, e não sumarização de “fazer e não fazer” defendida por certo grupo, tal como pretende esse manual. Ler, e ler contos de fadas são conceitos de larga envergadura científica internacional cujo um dos pontos pacíficos é que ler não é prescrever o que se deve e o que não se deve fazer. Gesto de leitura pobre e empobrecedor do conceito de *ler*, mas assumido pelo Guia de Literacia familiar.

Em nossos termos teóricos da teoria da polifonia, aqui adotada, diremos que o Programa Conta pra mim *exclui* pesquisas históricas e longevas sobre o ato de ler, e *põe*, como identifica Ramalhete (2020, p. 151), um confinamento de “finalidades utilitaristas, imediatistas, moralizadoras, que não contribuem com a transformação da sociedade, mas com a sua reprodução”. Isso tudo sob a égide de um *posto* em segundo plano, implícito fundante portanto, de que “um pequeno grupo pode prevalecer e impor-se, politicamente, à ciência longeva sobre o fenômeno da leitura”.

3 O estranho conceito de literacia familiar, sua não adesão científica no Brasil e algumas palavras finais

A análise de contos de fadas já é área de estudo estabelecida com rigor

epistemológico, à luz de vários saberes, dentre alguns, a Psicanálise, a Análise de Discurso, a História, a Filologia, a Literatura, a Educação e a Linguística. E o que temos proposto: a perspectiva sócio-política da linguagem.

É nesse terreno transdisciplinar fértil, rico e nada linear, e por isso bem produtivo, que os contos de fadas são, desde os tempos celtas, instrumento para vários fins sociais, dentre eles, a educação. Assim, eleger os contos de fadas para uma coleção governamental, isto é, que oficializa a voz diretiva de uma nação para certa direção, deveria significar respeitar essa envergadura epistemológica.

Na contramão dessa perspectiva, debruçou-se o Programa Conta pra mim, esquivando-se de tradições científicas – mesmo que cite consonâncias a ela, em seus vídeos – e não convidando, para sua equipe, especialistas na área. O que sobrou para um projeto de proeficiência em leitura, foi um conceito monológico, fraco, sem eco científico e de área, com muitas ressalvas na comunidade acadêmica: a tal literacia familiar. Um conceito sem eco histórico de pesquisadores e um tanto que dúbio, por, talvez, tentar substituir – para evitar o termo suplantar, mais político – conceitos como letramento, discurso, texto e argumentação, esses sim, que já firmaram acúmulo de conhecimento e avanço de área. O conceito novo e nada confiável de “literacia familiar”, não pela etimologia, mas por sua falta de rigor científico, foi definido no arrazoado, quase religioso, nos materiais encontrados no site do Programa, como “conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem oral, a leitura e a escrita, que as crianças vivenciam com seus pais ou responsáveis” (Brasil, 2019).

Concordamos com Farias e Tolentino (2021) e com Silva, Souza e Signorelli (2021) quando percebem que o termo “literacia familiar” é uma tentativa de tradução do conceito de *literacy* que, como é bem sabido na área de Educação, foi convencionado no Brasil, pela tradução de *letramento* – mesmo que em Portugal haja uso de literacia, essa homonímia tem eco nas questões do letramento, e não podem ser tidas posinônimo co conceito de literacia da coleção Conta pra mim. Muitas das questões próprias do conceito de letramento (*literacy*) foram alvo de recuperação no conceito forjado de literacia familiar, mas de forma bem frustrada e sem amparo de educadores/pesquisadores brasileiros. Parece que a escolha por literacia familiar é mais gesto político, pouco científico, de certo grupo, que de fato uma mobilização de conceito epistemológico que visa operar certo fenômeno.

No interior dessa discussão sobre essa conceito estranho e com propósitos estranhos – estranho porque não têm adesão da comunidade científica especializada na área, e refutam outros conceitos notórios da área, de mesmo, maior alcance ou mais profundidade ao versar sobre o contar, a literatura e conscientização entre sujeitos familiares – Amarante (2020, p. 1) percebe outro projeto mais nefasto: o conceito estranho

de “literacia familiar” seria uma tentativa política de *excluir* nosso conceito mor cultural, histórico, filológico e guardião da riqueza social brasileira e portuguesa: a *Literatura*. Como explica o autor: “De pronto, chamou a minha atenção o termo “literacia”, que substitui literatura, vista com certa desconfiança por este governo e por “aqueles que queimam livros, que banem e matam poetas”.

A vaguidão do termo literacia familiar não esconde seu projeto: tentar suplantar ou silenciar estudos de respeito determinados pelo conceito de *letramento*. O letramento parece ter sido evitado, neste Programa, por questões políticas. De toda forma, a literacia familiar não vingou na época e parece não vingar ainda, haja vista a manifestação bem negativa da comunidade especialista, em geral – vide nossas referências nesse artigo, e em outros, aqui não citados.

Sem endosso da comunidade científica, sem recepção em projetos de pesquisa, de ensino e extensionistas de ponta, o Programa Conta pra mim culminou em iniciativa frustrada de tentativa de impor certa ideia de certo grupo, no meio científico. Não vingou. Mas sua história de fracasso é acontecimento produtivo para reflexões de ordem tanto de avanço, quanto de estancamento, como foi a tentativa desse projeto. A coleção Conta pra mim é objeto de reflexão e ensino para as políticas alfabetizadoras vindouras, e para a área de análise de contos de fadas, que insiste e resiste a iniciativas políticas rasas e delimitadoras, como essa, promovidas pelo conceito vago e sem rigor científico de literacia familiar.

É óbvio que o papel da família na formação infantil não é anulado, por essas reflexões, como pondera Ramalhete (2021, p. 161), porque elas ainda se destacam em protagonismos nos estudos e preocupações do letramento. O que se problematiza, aqui, é o uso político delimitador e empobrecedor do conceito de literacia familiar, que se pretende científico, por citar ciência e autores científicos, mas que perpetua práticas moralistas, utilitárias e empobrecedoras dos fenômenos da leitura, e do ler contos de fadas.

Bem ao contrário, resta-nos reiterar que a área de análise de contos de fadas, que se desenvolve na área transdisciplinar e nada estanque de leitura, sempre desconstruirá gestos superficiais como o Programa Conta pra mim. Como temos proposto, professores, escolas e pesquisadores podem explorar uma perspectiva social e política para ler contos de fadas, que, combatendo um ensino de instrumentos de moralização (aquele próprio do empobrecimento semântico, que põe foco em morais/sentidos únicos, que beneficiem certa classe, certos sujeitos ou certa cultura dominante) problematizem tal abordagem rasa e os tornem *instrumentos de conscientização*, como temos defendido (Machado, 2024) (aquele próprio do enriquecimento semântico, que põe foco em aberturas de outros/mais sentidos produzidos por historicidades caras aos leitores dos contos de fadas, mesmo que não sejam caras aos professores/contadores – que sem querer (ou querendo) se perpetuam no seu

contar).

Ler contos de fadas não é gesto de entretenimento vazio, é gesto apoiado em largas pesquisas da área de letramento, discurso, texto e argumentação, dentre outras, torna os contos de fadas *ferramentas pedagógicas para desenvolvimento da criticidade*. Não à luz de pressupostos pouco brasileiros como a mãe perfeita, a família que sabe, consegue, tem tempo para alfabetizar, o leitor que sempre tem uma disposição de família, dentre outros, todos postos em segundo plano, que promovem uma visão do Brasil – e portanto, de leitura, alheia à realidade.

Ler não é gesto alienado e para certa classe. Ler não é conceito que opera higienizando a dor e as misérias dos contos de fadas, para agradar certa classe, que silencia a dor dos vulneráveis. Ler é sentir essa dor, e vitimar-se na mágica da conscientização. “Essa história sim”, diria a verdadeira criança brasileira, “conta pra mim!”.

Polyphony and uncriticality in the fairy tales of the collection

“Tell Me”: a frustrated political gesture

Abstract

This article aims to analyze the Conta pra Mim Program and its Family Literacy Guide, using a qualitative methodology, in light of concepts from Argumentative Semantics, especially polyphony (divided into speaking subject and speaker) and its textual functions (divided into putting in the foreground, putting in the background and excluding), both proposed by Ducrot and Carel. Our problematization focuses on the non-scientific concept of “family literacy” (derived from literacy) proposed in this Program, whose intention was to try to supplant or silence respected studies, such as, for example, the erasure of the concept of literacy (also derived from literacy). Our analyses showed that the family literacy method consists, above all, of exploring moralizing reading, an initiative that has long been abandoned by the community of specialists in the children's and youth, literary and linguistic fields. Our results reveal that the discourse that constitutes the Tell Me Program is an authoritarian and frustrated political-linguistic gesture, that is, it impoverishes the reading of fairy tales by trying to impose a strange concept, that of family literacy, far from the rigor of the area, without the support of the scientific community and alien to the tradition of research into fairy tales and children's literature. Under the captivating appearance of the “utopian efficient and affectionate literary family cell”, the concept of family literacy undermines knowledge and methods from the areas of Literature, Linguistics and Education, among others, even nullifying the social function of school, and it stars a kind of phonic method linked to parental affection, whose most notable effect is the promotion, via the public machine, of the impoverishment of the concept of reading and the concept of reading fairy tales. Our results point to the perspective of fairy tales as instruments of awareness, as we have defended (MACHADO, 2024), one that focuses on openings of other/more meanings produced by Brazilian and/or universal historicities.

Keywords: Fairy tales. Polyphony. Semantics. Tell me. Children's literature

Referências

AMARANTE, Dirce Waltrick. Conta para mim: o abraço de urso do MEC. In: UOL, *Revista Cult.Uol*. Disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/conta-para-mim-mec/>>. Acesso 12 set 2024.

BEHE, Louise; CAREL, Marion ; DENUÇ, Corentin; MACHADO, Julio Cesar. *Curso de Semântica Argumentativa*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021.

BETTELHEIM, Bruno. *A Psicanálise dos Contos de Fadas*. Tradução de Arlene Caetano 16ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *Conta pra Mim: Guia de Literacia Familiar*. - Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em < <https://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim> >. Acesso 4 set 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. *Conta pra mim*. Disponível em < <https://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim> >. 2020a. Acesso em 6 set 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria 421 de 23 de abril de 2020. Disponível em < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595> >, 2020b. Acesso em 6 set de 2024.

CAREL, Marion. A enunciação Linguística: funções textuais, modos enunciativos e argumentações enunciativas. In: MACHADO, Julio Cesar (org). *Curso de Semântica Argumentativa*, 2021.

CARRANZA, Marcela. A literatura a serviço dos valores. In: *Revista Emília*. Disponível em < <https://emilia.org.br/a-literatura-a-servico-dos-valores/> >. Acesso 12 set 2024.

COELHO, Nelly Novaes. *O conto de fadas*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

COLASANTI, Marina. La culpa es de los sofistas. In: *Fragatas para tierras lejanas. Conferencias sobre literatura*. Bogotá: Norma, 2004. Colección Catalejo.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Tradução: Ligia Fonseca Ferreira; Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FARIAS, Fabíola Ribeiro; TOLENTINO, Jéssica Mariana Andrade. O programa Conta pra mim e sua perspectiva de educação na primeira infância. In: *Revista Espaço Acadêmico*, No 229, jul/ago 2021, ano XXI. P. 75 – 86. Disponível em < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/57578> >. Acesso em 6 set. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MACHADO, Julio Cesar. *Ler contos de fadas e superar a disneyficação: uma proposta argumentativa, discursiva e freireana*. Campinas: Pontes, 2024.

RAMALHETE, Mariana Passos. O retrocesso empurra a porta: a literatura infantil e o programa conta pra mim. *Caderno De Letras*, (38), 2021, 151-167. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/19827>>. Acesso em 6 set 2024.

SILVA, F. D. de A.; SOUZA, V. A.; SIGNORELLI, G. Programa “Conta pra Mim”: a proposta da “educação literária” no cerco da Política Nacional de Alfabetização. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 698–715, 2021. Disponível em <<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/62475>>. Acesso em 6 set. 2024.